

Geopolíticas de território e territorialidade: Dilemas na construção de “identidades comunitárias” na Roupa Suja, Rocinha

Courtney IVINS¹_PUC-RJ
cpi4@ hoyamail.georgetown.edu

Inês Maria Silva MACIEL²_PUC-RJ
immaciel@uol.com.br

Área Temática: Ciências Sociais e Desenvolvimento

Resumo

A partir da construção de um arcabouço teórico, o presente artigo se propõe a desenvolver um novo método participativo para georeferenciamento através da cartografia comunitária, tomando como estudo de caso a trajetória da organização não governamental, União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupa Suja, localizada no subdistrito Roupa Suja, na Rocinha e a influência dessa organização na percepção das identidades coletivas locais e de suas fronteiras. A ambigüidade percebida nos primeiros relatos no trabalho de campo trouxe à tona a necessidade de uma compreensão aprofundada de como o conceito de comunidade pode ser extraído de um quadro conceitual crítico que distingue território de territorialidade. Dessa forma, a pesquisa voltou-se para a contextualização de algumas referências determinantes para o norteamento do estudo, contrapondo-as com os relatos observados, buscando assim revelar os impasses, as dualidades e os conflitos que tecem estes limites invisíveis. O artigo conclui examinando o papel da comunidade imaginada na transformação de redes sociais locais em ações coletivas, com enfoque nas “identidades comunitárias” de gênero e local, e as implicações decorrentes desse processo para as políticas públicas e o desenvolvimento comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: território; territorialidade; Rocinha; comunidade; Roupa Suja.

Abstract

Through the construction of a theoretical framework, this paper proposes the development of a new method for georeferencing through participatory community mapping, taking as case study the trajectory of the non-governmental organization, the *União de Mulheres Pró-Melhoramento da Roupa Suja* (“Union of Women for the Improvement of Roupa Suja”), located in the subdistrict of Roupa Suja, Rocinha, and its influence on the perception of local collective identities and their boundaries. The ambiguity perceived in the first reports of field work highlighted the need for a deeper understanding of how the concept of community can be extracted from a critical conceptual framework that distinguishes territory of territoriality. Thus, the research turned to the contextualization of determined references for the orientation of the study, contrasting them with the reports observed, seeking to reveal the dilemmas, conflicts and dualities that weave these invisible boundaries. The article concludes by examining the role of the imagined community in the transformation of local social networks into collective actions, focusing on the “community identities” of gender and place, and the implications of this process for public policy and community development.

KEY WORDS: territory; territoriality; Rocinha; community; Roupa Suja.

¹ Mestranda do curso de Serviço Social, Grupo de Pesquisa: “Cultura e Sustentabilidade”, PUC-RJ email: cpi4@hoyamail.georgetown.edu

² Pós-Doutoranda e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: “Cultura e Sustentabilidade”, PUC-RJ, email:immaciel@uol.com.br

1. Introdução

A motivação do presente artigo surgiu de trabalho de campo na “Roupa Suja”, pejorativamente conhecida como uma das localidades mais carentes da favela da Rocinha, Rio de Janeiro. Ao entrar no campo, as tentativas de definir seus parâmetros foram freqüentemente frustradas pela ambigüidade com que suas fronteiras são percebidas e definidas. O dilema provocou uma série de outras questões acerca da construção e contestação de fronteiras, na formação de identidades coletivas locais, e nas implicações geopolíticas das relações sociais estabelecidas entre moradores e os poderes institucionais presentes. Com o intuito de desvelar esse emaranhado de identidades e fronteiras, foi construída uma parceria entre três pesquisadores da PUC-RJ e uma rede de líderes locais, lançando o projeto de mapeamento comunitário atualmente em curso na Roupa Suja.

Na nomeação da favela e suas localidades, também foram encontrados desafios e inconsistências. Em primeiro lugar, essa reflexão problematizará o uso da palavra “comunidade” no discurso popular e político como sinônimo de “favela”, e em referência à Rocinha como um todo. Considerando tanto o tamanho do bairro quanto os sistemas sociais locais ali inseridos, o termo revela-se ontologicamente inadequado ou eufemístico nessa apropriação, levando em consideração os significados embutidos na palavra “comunidade” e as intenções políticas (às vezes contraditórias) dos que o evocam.

Para aprofundar essa discussão, o presente trabalho pretende fornecer uma análise dos conceitos de “comunidade” em relação aos conceitos de “favela” e “nação”, com enfoque nas perspectivas de sociologia (na construção das relações sociais), história (no contexto contemporâneo brasileiro), e de direito (na formação de políticas públicas sociais). Ao fazer uma distinção conceitual entre território e territorialidade, entre o “espaço apropriado e usado” e o sentido de “pertencer àquilo que nos pertence”(Santos, 2009), conclui-se que o último serve como base para os grupos sociais estabelecerem-se como sujeitos políticos em ações coletivas, enquanto o primeiro serve como base para a legitimação e administração de políticas públicas e sociais.

Baseado na idéia de que o “capital cultural” (Bourdieu, 1998, 2001) de um determinado grupo social é o seu principal trunfo para o estabelecimento de agendas de desenvolvimento local sustentável (Fonseca, 2002, 2005, 2011), o objetivo é estabelecer um arcabouço teórico para o desdobramento deste projeto. Problematicando os métodos cartográficos tradicionais como “pilares de regulação” (B. Santos, 1999), o objetivo é estabelecer uma nova abordagem metodológica para mapeamento comunitário participativo, cujas principais fontes se encontram na teoria de redes sociais, na metodologia de “bola de neve” (*snowball sampling*) e no Currículo de Bonner.

2. A “comunidade” em questão

A palavra “comunidade” é atualmente utilizada e entendida de forma diversa e polêmica, tanto nas esferas acadêmicas quanto no discurso popular e político. Essa seção examinará algumas abordagens conceitualizadas nos campos de sociologia, história e direito, destacando os significados diferentes que o termo “comunidade” tem

adquirido, e a influência decorrente desse processo na formação de identidades culturais coletivas.

No campo da sociologia, a primeira definição de “comunidade” foi introduzida em 1915 por C. J. Galpin para delinear comunidades em termos de comércio e serviços nas áreas ao redor de uma aldeia central (Smith, 2000). Logo outras definições surgiram, tecendo elementos geográficos e culturais, e entrando no discurso político de formas significativas (e inclusive contraditórias). Neste processo, observa-se como a palavra “comunidade” é utilizada tanto como valor quanto como categoria descritiva (Frazer 2000).

Reunindo algumas dessas idéias, o conceito pode ser abordado a partir de quatro formas gerais (Cohen, 1982; Crow e Allen, 1995; Lee e Newby, 1983; Smith M.K., 2001; Willmott, 1986):

- **Comunidades de lugar:** quando a associação dos membros se entende geograficamente;
- **Comunidades de interesse,** também entendidas como "eletivas" ou "intencionais", formadas a partir de uma característica comum além do local (como crenças religiosas, orientação sexual, ocupação ou origem étnica);
- **Comunidades de pertence,** focadas no significado, simbolismo e identidade comum. Alternativamente entendida como comunidades de “sentido” ou “apego”, destaca o papel importante simbólico de comunidade na geração de um “sentido de pertence” entre os membros. Como Anthony Cohen argumenta, a realidade da comunidade está na percepção dos membros da vitalidade de sua cultura. "As pessoas constroem simbolicamente a comunidade, tornando-o um recurso, um repositório de significado e um referente de identidade" (Cohen, 1985, p.118).³
- **Comunhão:** A mais difícil encontrar na realidade, essa forma se caracteriza como uma conexão ideal e profunda, produzindo um forte sentido de apego a um lugar, grupo, ou idéia, e assim gera um “espírito de comunidade”.

Observando a convivência e ambigüidade empírica dessas formas na realidade, muitos cientistas sociais têm favorecido a concepção de comunidades como “redes”, permitindo seu mapeamento e medição, cuja “densidade” ou grãos de conexão ajudam explicar, ou pelo menos descrever, as condições que influenciam as experiências dos membros. Outros, como Margaret Stacey (1969), discordam do estudo de comunidade como “não-conceito”, focando alternativamente nos “sistemas sociais locais”. Em referência aos estudos urbanos no Brasil, Anthony Leeds e Emily Leeds também descartaram o termo a favor do uso da noção de *localidade* que, segundo os autores, “não nos obriga a postular uma unidade mínima ou máxima de organização como a ‘comunidade’, nem discutir o seu *status* ontológico” (1978 *apud* Burgos, 2002, p. 24).

Com o crescente volume e velocidade de movimento transfronteiriço provocando a diminuição na primazia das relações sociais locais, revela que a vizinhança não mais indica uma associação entre vizinhos, ou que estes façam parte da mesma “comunidade”. Em 1957, Bott observou este fenômeno a partir de uma pesquisa

³ Tradução minha: “People construct community symbolically, making it a resource and repository of meaning, and a referent of their identity” (Cohen 1985, p. 118).

de famílias urbanas, mostrando como os ambientes sociais, que eles consideravam mais próximos, não eram as áreas locais onde moravam, mas sim as redes de relações sociais reais que mantinham, independentemente da limitação à área local, ou que se estendessem além das suas fronteiras.

Alguns destacam a diminuição na primazia dos sistemas sociais locais como consequência negativa da globalização e da expansão capitalista, cujos efeitos contribuem para o deslocamento dos centros de poder a favor das forças transnacionais do mercado, tendo como resultados a privatização de serviços sociais locais, a erosão da democracia e a noção de bens públicos. Como impacto cumulativo deste processo, o indivíduo se vê cada vez mais como consumidor, em vez de participante cívico, e a sociedade se afasta do coletivo a favor do individualismo (Bauman 1999, 2003; Beck 1992; Giddens 1984; Colin Leys 2001 *apud* Smith M.K., 2001). Outros argumentam que, com os mecanismos tecnológicos de comunicação povoando a chamada “aldeia global” (McLuhan 1992), os fenômenos de globalização podem também contribuir para gerar novas fontes e ingredientes para construção de identidades culturais coletivas (Capra 2005; Castells 2009; Hall 2004), além de novos fundamentos para comunidades de “interesse” ou “pertence”.

Seja fora ou dentro do local, a inclinação das pessoas de se envolverem um com o outro depende em grande medida no que Tocqueville chamou de “hábitos do coração” (1994, p. 287) – as normas e valores de uma determinada sociedade que geram um sentido de apego. Na leitura de comunidade como valor, Smith identifica três qualidades recorrentes na literatura: 1) *tolerância* (abertura aos outros); 2) *reciprocidade* (a expectativa mútua de comportamento positivo, motivado por altruísmo no curto prazo e auto-interesse no longo prazo); e 3) *confiança* (relacionada à expectativa que as pessoas e instituições vão agir de forma coerente, honesta e apropriada).

Robert Putnam articula estes valores de comunidade como formas de “capital social”. Distinguindo este conceito de *capital físico* (objetos físicos) e *capital humano* (propriedades de indivíduos), Putnam descreve *capital social* como as conexões entre indivíduos – e as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança que surgem a partir delas. Mostrando os benefícios de tais redes para os indicadores sociais, ele aponta para as correlações em melhorias de desenvolvimento infantil, segurança e limpeza de espaços públicos, prosperidade econômica e saúde.

Dentro dessa visão, a comunidade chega a ser um valor aspirado, uma forma de conexão que transcende as relações sociais concretas. A forma mais profunda dessa ideal corresponde à categoria de *comunhão*. Elizabeth Frazer descreve essa experiência de comunidade como “eufórico e fugaz”, articulando que, “A aspiração à comunidade... transcende o emaranhado mundano e concreto.” (2000, p. 83)⁴ Bauman (1999), Hall (2004), e Castells (1999; 2009) vinculam a procura para este ideal com a construção de “projetos” ou utopias, afirmando a necessidade de ativamente construir “comunidades de entendimento comum” que, fragilizadas e vulneráveis, são sempre sujeito a reflexão, contestação e fragmentação.

⁴ Tradução minha: “The aspiration to community is an aspiration to a kind of connectedness that transcends the mundane and concrete tangle of social relationships”(2000, p. 83)

Essa necessidade de obrigar ou deliberadamente construir coesão é uma distinção recorrente na literatura sobre comunidade e nação, tendo como origem a teoria clássica de Ferdinand Tönnies (1935) de *Gemeinschaft* (“comunidade”) e *Gesellschaft* (“sociedade” ou “associação”). Ao articular essas duas formas básicas de organização humana, o sociólogo destaca o *Gemeinschaft* por gerar um sentido de pertencimento tácito, derivado de práticas herdadas e uma noção de ter um status social automaticamente atribuído. Colocando a família como a expressão perfeita de *Gemeinschaft*, Tönnies também compara este conceito com grupos pequenos, pré-industriais. Em contraste, no *Gesellschaft*, os interesses dos indivíduos tomam precedente mais importante. A coesão geralmente depende numa complexa divisão do trabalho, sempre sujeita ao conflito. Em contraste, no *Gemeinschaften*, é raramente necessário manter o controle social por meios externos, devido a um senso de lealdade dos indivíduos ao coletivo.

No contexto do pensamento moderno/pós-moderno, autores diversos observam como essas formas de comunidades tradicionais e tácitas estão cada vez menos presentes no mundo atual, fomentando o desejo de procurar ou inventá-las. Como historiador Eric Hobsbawm observa, “A palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real” (Hobsbawm *apud* Bauman 1999, p. 20).

Neste debate, Zygmunt Bauman enfatiza as conseqüências do advento da globalização e da informática, que criam uma realidade caracterizada por insegurança, competição, desregulamentação e “liquidez”. Neste contexto, a comunidade é procurada como um “círculo aconchegante” de segurança e pertence. Mas o autor afirma que, embora imaginada e desejada, a comunidade local, no seu sentido natural e intuitivo, não existe mais. Em vez disso, formamos comunidades de entendimento ou interesse (“comunidades cabides”). Ao procurar pertence nessas “identidades comunitárias”, com intenções, crenças, recursos, e outros fatores, afetando a grau de coesão dos participantes, as pessoas acabam fragmentando e criando cada vez mais fronteiras, reproduzindo e deixando intactas as raízes de sua insegurança. Dessa forma, Bauman afirma que a identidade se tornou um substituto para comunidade no mundo moderno. Como Jock Young coloca, “Precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada” (Young *apud* Bauman 1999, p. 20). Essa visão baseia-se numa afirmação da tendência moderna de procurar soluções individuais para problemas coletivas.

Partindo dessa concepção, a seguinte seção procurará examinar as manifestações dessa dinâmica nas lutas para a ampliação de direitos sociais, focando na construção de sujeitos coletivos geopolíticos a partir de redes sociais locais na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, na localidade da “Roupa Suja.” Como base nessa discussão, é preciso um breve resgate da gênese nos vínculos conceituais entre “favela” e “comunidade”, problematizando a dualidade de significados existentes, tanto no discurso popular quanto no político. Pelo mesmo motivo, o trabalho analisará a noção de *fronteiras*: como são construídas e percebidas, e como articular a existência de uma comunidade pode ser um ato de exclusão. Ou seja, ao definir a comunidade excluímos alguém.

2.1 A nação, a favela, e outras “comunidades imaginadas”

Geralmente, quando a existência de uma comunidade é reconhecida, duas coisas são implícitas: 1) que os membros têm algo em comum, e 2) que aquela coisa faz o

grupo diferente dos outros grupos (Smith 2000). No âmbito nacional, Benedict Anderson identifica essa lógica na evolução da nação moderna como “comunidade política imaginada”, que seja: *imaginada* (porque seus membros nunca vão conhecer todos os demais), *limitada* (pelas fronteiras), *soberana* (na sua relação com o declínio da monarquia e o colonialismo), e uma *comunidade* (possibilitando que membros de diferentes classes sociais façam parte).

Anderson também observa como, além da soberania, as nações geram novas formas de controle estatal dentro das fronteiras. Resgatando a noção weberiana do poder do Estado-Nação moderno partindo do monopólio legítimo da coerção dentro de um determinado território, observa-se como a globalização tem fragilizado esses paradigmas tradicionais de território e pertence, impactando tanto o Estado-Nação moderno quanto as comunidades locais. Do lado nacional, isso fomenta a formação de blocos regionais de nações, buscando preservar seu poder e relevância. Do lado local, surgem também movimentos para proteger ou preservar “comunidades tradicionais” e locais.

De outra forma, Bauman (2003) coloca a noção de fronteiras em termos de segurança e liberdade, observando como, ao entrar numa comunidade para conseguir segurança pessoal, é preciso abrir mão da liberdade individual. Articulando essa lógica no contexto das favelas cariocas, Marcelo Burgos observa, “A favela protege o pobre do abismo da miséria completa, ao mesmo tempo em que o mantém refém de um sistema perverso que o exclui da *polis*.” (Burgos, 2002, pp. 25). O autor articula como essa lógica vem sendo reforçada no contexto da estagnação econômica, o recrudescimento da violência urbana, e a crise social resultante, que juntos “ampliam o sentimento de insegurança, tornando mais plausível abrir mão da liberdade em favor de alguma forma de proteção” (Burgos, 2002, pp. 25).

Dessa forma, se observa que as fronteiras são frutos de processos históricos, baseados tanto na conquista e na coerção quanto na força da vontade coletiva. No artigo, “Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”, Lícia do Prado Valladares articula a inversão dessa lógica no “mito de origem” da favela.

A autora identifica as origens dos vínculos feitos entre *favela* e *comunidade* nos debates atuais no final do século XIX, quando os combatentes da Guerra de Canudos ocuparam o Morro da Providência, logo depois chamado Morro da Favella. Dessa história, nacionalmente mitificada no livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, surgiu uma imagem impactante de um sertão instalado no centro da cidade, ilustrando uma dualidade sertão-litoral, depois transposta para a dualidade favela-cidade. Valladares caracteriza essa imagem da seguinte maneira:

A idéia de comunidade, tão presente no arraial analisado por Euclides da Cunha, acaba se transpondo para a favela, servindo como modelo aos primeiros observadores que tentaram caracterizar a organização social dos novos territórios da pobreza na cidade. À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum (Valladares, 2000, pp.10).

Correspondendo a essa imagem, nos antecedentes históricos da urbanização das favelas do Rio de Janeiro (desde os anos 1920 e 1930), as favelas ficaram consideradas “manchas” na paisagem urbana da cidade. Essa dinâmica embasou as políticas sociais (ou em muitos casos, sua ausência conspícua) nas favelas. Os planos e regulamentos

urbanísticos (incluindo o plano Agachei, de 1930) que as colocavam fora da legalidade urbana e indicavam a necessidade de remoção sob argumentos sanitaristas, funcionais e estéticos (Cardoso, 2007).

Revinculando essa orientação das políticas urbanas com o “mito da origem” de Valladares, essa representação coletiva da favela como comunidade à parte inverteu a lógica de liberdade e segurança acima descrita por Burgos, com fortes implicações políticas, e, sobretudo, para a percebida desordem e imoralidade dos moradores. Como a autora articula:

Com um *modus vivendi* determinado pelas condições peculiares do lugar, ela é percebida como espaço de liberdade e como tal valorizada por seus habitantes. Morar na favela corresponde a uma escolha, do mesmo modo que ir para Canudos depende da vontade individual de cada um. Como comunidade organizada, tal espaço constitui-se um perigo, uma ameaça à ordem moral e à ordem social onde está inserida. Por suas regras próprias, por sua persistência em continuar favela, pela coesão entre seus moradores e por simbolizar, assim como Canudos, um espaço de resistência.

Foi através deste arquétipo que a autora afirma que a favela se transformou efetivamente em um problema para a ordem urbana e social estabelecida. O resultado foi uma forma de política pública nas favelas marcadas por intervenções pontuais e desarticuladas.

Neste contexto, a cartografia urbana fornece um palco ilustrativo, no qual as batalhas para a representação da favela dentro do retrato de identidade nacional continuam sendo travadas. Começando a partir do Código de Obras de 1937, no qual o artigo 349 proibiu a representação das favelas nos mapas da cidade do Rio de Janeiro. Considerado o primeiro texto jurídico em que o termo “favela” foi articulado, este código colocou um carimbo coletivo de ilegalidade ou “informalidade” nestes territórios, estabelecendo-se como alicerce das políticas urbanas durante as décadas seguintes, que fortaleceram a noção da “cidade partida”. Como R.S. Gonçalves observa, “Este decreto estabeleceu um *modus vivendi*: as favelas estavam condenadas a ser uma *realidade provisória* e só existiriam graças à tolerância dos poderes públicos. O referido decreto aprofundou a dualidade favela *versus* cidade, impossibilitando, sistematicamente, o investimento público nestes espaços, já que eles não existiam oficialmente” (Gonçalves, 2007, p. 1).

Durante as décadas seguintes, as políticas públicas nas favelas continuavam variadas e inconsistentes, indo desde tentativas de cooptar e controlar (na criação dos “Parques Proletários” nos anos 40), até projetos mais ambiciosos de erradicação (Cardoso, 2007). Dentro destes debates, o discurso de favela/comunidade foi resignificado durante os anos de 1950 através dos novos princípios de “desenvolvimento comunitário”. Termo popularizado por Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, e sua Cruzada São Sebastião (1955), que buscavam uma “solução racional, humana e cristã ao problema das favelas no Rio de Janeiro” (Valladares *apud* Telles 2006).

Esses novos princípios encontraram convergência com o movimento contemporâneo de *Économie et Humanisme*, fundado por Padre Joseph Lebret e padres Frances em 1942. Contribuindo para a formação de uma geração de planejadores urbanos na época (jovens urbanistas, arquitetos, sociólogos e economistas), que criaram equipes de pesquisas propondo novas formas de intervenção para tratar da crescente

urbanização da cidade, tendo uma influência significativa nas políticas sociais urbanas nas décadas seguintes.

O discurso de comunidade-favela continua sendo apropriado às políticas sociais, às vezes, de forma contraditória. Desde a reabertura política no país, tem sido utilizado tanto pelos movimentos sociais oriundos das favelas para reivindicar direitos de cidadania, quanto para sustentar outras agendas e posturas. Por exemplo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, o termo foi visivelmente apropriado no programa “Comunidade Solidária” que, ao enfatizar as redes de apoio “comunitário”, foi fortemente criticado por colocar as responsabilidades de políticas sociais nas costas da sociedade civil e, como Marcelo Sitcovsky articula, por ter um “caráter fisiologista de voluntarismo, e de refilantropização da assistência, em espaços como fóruns da atuação dos conselhos” (Sitcovsky 2004, p.133).

Adotando um enfoque voltado para o cenário das favelas cariocas e, em particular, no contexto do trabalho de campo em curso, no sub-bairro Roupas Suja, Rocinha, torna-se necessário examinar as complexas configurações de hierarquias e desigualdades existentes e que se constituem a realidade plural e multifacetada dentro da favela. Sem tal reconhecimento, qualquer análise acabaria reproduzindo o que Valladares identifica como o conjunto de “dogmas”, compartilhados em uma grande parte da produção recente a cerca das favelas cariocas⁵, homogeneizando a favela numa figuração que reflete um desconhecimento da sua realidade múltipla e da pobreza urbana e da própria cidade (Valladares *apud* Telles 2006). Pelo mesmo motivo, o termo “comunidade” será aqui recusado como ontologicamente inadequado em referência a Rocinha como um todo.

3. Aproximando Rocinha

A expansão da Rocinha começou acelerar na década de 50 com o afluxo de migrantes, principalmente mineiros e trabalhadores do nordeste do Brasil procurando emprego no crescente centro urbano do Rio de Janeiro. Ao chegar, muitos destes migrantes se encontraram em uma transição de pobreza rural para pobreza urbana. Com uma demanda de moradia próxima aos centros de trabalho na Zona Sul. Essa ocupação acabou por se instalar de forma precária nos morros, inclusive o que hoje é conhecido como Rocinha.⁶

Considerada por muitos como a maior favela da América Latina, e um ponto de venda central do narcotráfico na Zona Sul do Rio de Janeiro, a Rocinha tem sido marcada por intervenções materiais e simbólicas, representando ambas as rupturas e continuidades em uma relação historicamente antagônica com o Estado. Investimentos visíveis em saneamento básico, saúde e habitação no âmbito do Programa de Crescimento Acelerado (PAC) têm sido temperados pela continuação de intervenções policiais militaristas, assinalando a instalação de uma futura “Unidade Policial Pacificadora” (UPP), que procurará substituir o monopólio da coerção agora mantido

⁵ Resumido por Telles (2006), estes “dogmas” incluem: “a especificidade da favela construída por uma suposta alquimia que lhe seria exclusiva entre irregularidade da ocupação do espaço urbano e ilegalidades várias, pobreza e privações múltiplas, violência e tráfico de drogas, mas também manifestações culturais que lhe dariam a marca de identidade, do samba em outros tempos ao funk atual; a favela como território urbano dos pobres, ‘cidade dentro da cidade’, enclave e território da partição, símbolo da segregação socioespacial; a unidade da favela”(p.3)

⁶ De acordo com história popular, o nome da Rocinha surgiu com os primeiros habitantes da Rocinha, que plantaram roças pequenas no morro, cultivando produtos para vender no bairro da Gavea.

pela facção “Amigos dos Amigos” (ADA), uma das três facções criminosas que controlam os pontos de venda de drogas no Estado do Rio.

As disputas de poder material e simbólico na Rocinha são negociadas a partir de uma dinâmica de pobreza altamente multidimensional. As hierarquias internas, construídas por e entre os moradores, reproduzem as desigualdades socioeconômicas internas e criam limitações e distensões quase imperceptíveis a um olhar “estrangeiro”.

Essas hierarquias ganham significado geoespacial através da partição informal da Rocinha em localidades ou subdistritos, estabelecidos, nomeados, e contestados por seus moradores. A construção social destes limites não-marcados é evidente na disparidade de consenso interno a respeito das suas demarcações físicas.

Embora estas divisões sejam frequentemente inconsistentes com as fronteiras geopolíticas em que as intervenções públicas na Rocinha se baseiam, não é inconsequente a sua influência mútua. Pois, se refletem nas iniciativas de desenvolvimento e de acesso aos recursos estaduais que são desigualmente distribuídos por localidade. Esse processo é fruto, por um lado, da visibilidade política percebida, da viabilidade, da rapidez na implantação das ações pretendidas e pela sua importância estratégica, e por outro, pela influência e capacidade de mobilização de grupos e interesses locais. Dessa forma, embora as subdivisões geopolíticas formais sejam distintas das estabelecidas entre moradores, elas estão intimamente ligadas, e contribuem mutuamente com a reprodução das desigualdades socioeconômicas internas, através das quais as fronteiras continuam sendo construídas e percebidas.

Como parte do grupo da pesquisa Feminização do Poder, estudando a participação das mulheres na sociedade civil, este trabalho busca realizar um estudo aprofundado das distinções e intersecções entre geografia e identidade no âmbito do sub-bairro Roupas Sujas, Rocinha. Cabe salientar que, o presente estudo se aprofundará na compreensão conceitual de *território*⁷ e *territorialidade*, entendendo que este último serve como base para grupos sociais desenvolverem ações e identidades coletivas, enquanto o primeiro é a base para legitimar e administrar intervenções e política públicas.

3.1. “Roupa Suja”

Como parte dos trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa “Feminização do poder”, as discussões iniciadas no âmbito do Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres (COMEM), entre outros projetos de pesquisa afiliados no local⁸, revelaram uma série de questões sobre a delimitação e percepção das fronteiras do campo, nas relações entre moradores e com poderes institucionais.

⁷ O conceito de território é entendido, por Nilton Santos (2009), como a extensão apropriada e usada. O conceito de territorialidade, por outro lado, é compreendido pelo autor como um sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. (Santos, N., 2009, pp.19)

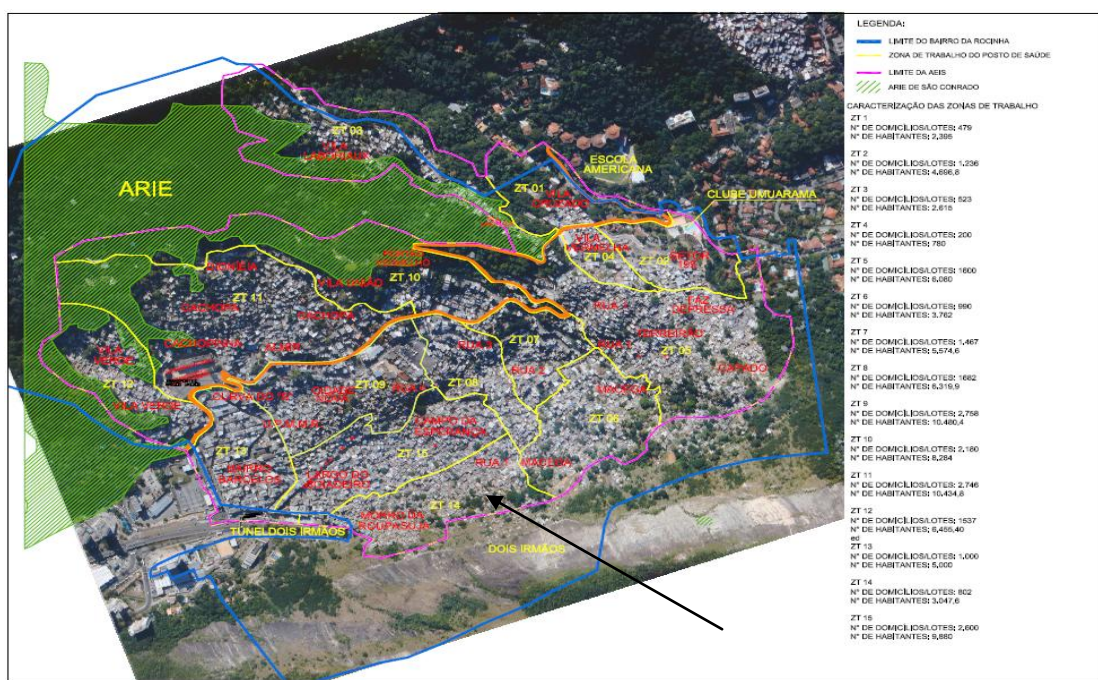
⁸ O projeto de pesquisa **Feminização do poder** foi desenvolvido no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio desde 2007 sob a coordenação de Professora Denise Pini Rosalem da Fonseca, no qual eu comecei a fazer parte como pesquisadora na Rocinha em 2009. Este projeto conta com apoio de uma Bolsa de Produtividade concedida pelo CNPq desde primeiro de março de 2008. Um desdobramento do projeto foi uma rede feminina de solidariedade horizontal em Rocinha, Vidigal, e Vila Canoas, **COMEM (Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres)**, em parceria com o IBICT e Ongs de base comunitária, com o objetivo de capacitar as lideranças femininas com ferramenta para a busca de soluções para as questões relevantes para a comunidade. Como parte do COMEM, estou atualmente participando no lançamento de aula de *Information Literacy* e um mapeamento comunitário na Roupas Sujas.

Achados preliminares no trabalho de campo realizado na Roupa Suja trouxeram à tona inconsistências marcantes nas percepções entre moradores sobre os parâmetros que definem o território, correspondendo a uma forte estigmatização do local, e uma relutância de se identificar como morador (inclusive alguns moradores, cujas casas se localizam perto das fronteiras em questão). Uma falta de consenso também ficou evidente na nomeação do local e na sua origem. Em um exemplo ilustrativo, os mapas do posto de saúde na Rocinha renomearam Roupa Suja “Morro da Alegria”, uma tentativa de recontar o lugar, que não tem sido adotada pela maioria dos moradores entrevistados.

Em entrevista ao projeto de pesquisa, a líder da ONG União Pró-Melhoramentos da Roupa Suja, Márcia Ferreira da Costa, moradora há 24 anos na Roupa Suja Márcia fala da origem do local:

“O que me contaram é que onde é o túnel Dois Irmãos tinha uns tanques onde as pessoas desciam para lavar roupas neste tanque. Então, dizem que por isso o nome é Roupa Suja, porque todas as pessoas desciam com suas trouxas de roupa suja pra lavar nesses tanques na saída do Túnel Dois Irmãos.” (Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011)

Exemplos de outros mapeamentos revelam as inconsistências diferenciando as fronteiras geopolíticas das suas fronteiras internamente estabelecidas nas imaginações e interações dos moradores. Por exemplo, o mapa abaixo foi utilizado pela Fundação Bento Rubião para o lançamento de um programa de Regularização Fundiária.



Embora a Roupa Suja esteja representada no mapa, a ausência do poder público é marcadamente notada em outra localidade, conhecida como “Sítio”, que surgiu em terreno íngreme acima da Roupa Suja, e é caracterizado pela extrema precariedade da moradia e pela construção das casas à beira do precipício. Em entrevista, a líder comunitária Márcia Ferreira da Costa fala da origem do Sítio:

“O Sítio pertence à Roupa Suja. Só que o Sítio era uma área que não era habitada, era uma mata....era árvore. E as pessoas, que não tinham onde morar, começaram a derrubar as árvores, capinar tudo e construir casas. Mas aí ficou Sítio, porque é um lugar que tem plantas, onde tem muito verde, aparece cobra de vez em quando. Aí o pessoal falou de Sítio, porque as casas são no meio do mato. A grande parte são casas de madeira. E pra chegar lá... se o tempo tiver bom, ótimo. Mas se chove você tem que subir engatinhando e descer de bumbum no chão. É difícil.”(Entrevista na sede daUMPMRS, concedida em 26/07/2011)

Entrevistas preliminares da pesquisa revelaram que há uma falta de reconhecimento desse local pelos segmentos do poder público que atuam na Rocinha, indicando como a multidimensionalidade da pobreza no bairro é frequentemente despercebida pelas políticas públicas, especialmente ao tratar e identificar a Rocinha como uma “comunidade” coesa. Como Lícia Valladares observou, “Dentro de Rocinha, havia várias ‘Rocinhas’” (2008, p. 21).

Essa invisibilidade dos limites e das muitas territorialidades existentes na Rocinha se refletem também nas tentativas reconhecer e delimitar as sub-localidades nos trabalhos do PAC. A Equipe Técnica do Trabalho Social da PAC reproduz essa lógica, ao mesmo tempo, que resgata o discurso de “comunidade”. Segundo um “Caderno de Apoio” de um dos Grupos Temáticos:

O Território_ A Rocinha é composto por mais de 20 comunidades, cada qual recebe um nome de seus habitantes. O Trabalho Social do PAC assumiu a divisão da Comunidade em 8 Áreas de Intervenção (AIs) e 25 comunidades (p. 4, 2009).

No mapa de “Divisão Territorial de Atuação” deste grupo, a extensão do “Morro da Roupa Suja” está agrupada em AI4 junto com o sub-bairro da “Macega”. O “Sítio” não está representado. Na falta de uma razão explícita para essa agrupação é provável que a delimitação da AI4 fosse determinada a partir da precariedade compartilhada entre as duas áreas (ambas localizadas numa altura íngreme e suscetível a deslizamentos). Essa precariedade também contribui para explicar a ausência de atuação do PAC e de outras políticas públicas nestes locais, como indica a fala das lideranças locais:

*“Eu não soube que teve visitas do pessoal PAC na área mais alta da Roupa Suja, que é a área chamada de Sítio, que é uma das áreas mais carentes da Roupa Suja.”
(Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011)*

3.2.A construção da territorialidade

Como Milton Santos observa, “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país, e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (2000, p. 20). Na atualidade, a Rocinha se destaca como um território em plena transformação tanto na atenção que tem recebido, como foco de políticas públicas, quanto na mobilização de grupos de ação social dentro de suas fronteiras. O estudo em curso propõe examinar não apenas este momento na Rocinha dentro de seu contexto histórico nacional, mas também as rupturas criadas por ações coletivas, construídas a partir de redes de sistemas sociais locais. A construção de “identidades comunitárias” através destas redes, e o contexto de mudanças históricas mais amplas, se encontram nas novas práticas políticas e na procura para um desenvolvimento local mais sustentável.

Embora o tamanho, visibilidade e importância estratégica da Rocinha tenham contribuído para a sua centralidade nas políticas públicas nos anos recentes, a história de mobilizações e lutas políticas dos próprios moradores para conseguir acesso a

infraestrutura básica e serviços públicos foi fundamental para realização destas conquistas. Com a reabertura política na década de 70, a crescente insatisfação dos moradores com as condições de infraestrutura no morro trouxe o reaquecimento dos movimentos locais na favela. No decorrer destas mobilizações, a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), principal associação de moradores do bairro, permanecia como a organização mais visível da Rocinha frente ao poder público. Mas, como relata o jornalista Marcelo Montero, com a crescente fragmentação da associação durante os anos sessenta, “Moradores de localidades específicas da Rocinha criavam associações independentes para cuidar dos seus próprios interesses. As mais importantes no Labouriaux e no Bairro Barcellos” (2004).

Com menos visibilidade e viabilidade dentro dessas lutas políticas, a Roupas Sujas permaneceu na periferia, internamente estigmatizada, e com altos índices de carência e insegurança. A partir deste estudo inicial, a pesquisa em curso examinará as ações coletivas de um grupo de mulheres com crescente visibilidade na localidade, procurando o melhoramento comunitário a partir da construção de identidades coletivas, de gênero e de lugar.

No início do estudo de caso com a União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupas Sujas (UMPMRS), observa-se que a ambiguidade das fronteiras da localidade vem da confluência de momentos de transformação histórica no bairro, fomentando disputas nas relações de poder e identidade, que se refletem tanto na construção como na contestação. Enquanto as desigualdades de recursos e na distribuição de políticas públicas por localidade têm contribuído para reproduzir padrões de pobreza e estigmatização, foi observado que a percepção interna da Roupas Sujas e suas fronteiras têm sido contestadas e mudadas no interior da comunidade, em função a crescente associação da Roupas Sujas com a sede da União de Mulheres, e com os projetos e conquistas já realizadas. Essa associação tem espalhado uma ressignificação da percepção do lugar dentro e fora da Rocinha. A líder Márcia Ferreira da Costa fala do início desse trabalho:

“Bem, esse trabalho eu comecei quando eu tinha doze anos, em 1978, e eu morava na Rua Dois. Quando eu vim morar aqui na Roupas Sujas, alguns dos meus alunos vieram comigo. Porque eu dava reforço escolar e tomava conta de crianças. A minha casa ficou pequena e eu fui para um prédio, que era um prédio branco que tinha da Igreja Católica. E onde nós começamos a trabalhar lá nesse prédio, e a Carminha veio trabalhar comigo. Porque eu dava aulas de reforço escolar pro filho da Carminha, mas Carminha sempre quis assim...ela sempre foi uma pessoa muito espontânea: No que eu posso te ajudar? O que eu posso fazer?E aí começamos a trabalhar. E aí surgiu uma francesa que teve a idéia de nos ajudar.” Tá mas pra eu ajudar vcs, vcs tem que ser reconhecidas, registradas.” E daí a francesa disse: “Não, vcs vão fundar alguma coisa para que eu possa ajudar vcs.” E aí um dos nomes que nós sugerimos foi esse: União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupas Sujas”, que sempre foi a idéia principal, que nós mulheres...das pessoas que estavam fazendo o trabalho...que era melhorar a qualidade de vida dos moradores desse sub bairro.” (Entrevista na sede da UPMRS, concedida em 26/07/2011)

Sendo uma organização liderada por mulheres da Rocinha desde 1978, a União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupas Sujas foi registrada como organização sem fins lucrativos (ONG) em 2002, com a missão de atender crianças e famílias da Roupas Sujas através de assistência social, saúde, geração de renda e educação. A líder da União de Mulheres relata o trabalho que é realizado na comunidade:

Nós temos a creche, que a gente costuma dizer é a mãe de tudo, porque é pra cá que as crianças vêm bem pequenininhas e tudo. Depois, nós temos as aulas de reforço escolar, que na verdade eu comecei meu trabalho com as aulas de reforço escolar. Tem as aulas de Informática, tem as aulas de Inglês. Agora, em agosto, vão começar as aulas de francês, eles têm as aulas de Desenho e, atualmente, eles têm aulas de fotografia.

A creche vai de três meses à cinco anos. Oficialmente, é quatro meses, mas como muitas mães são domésticas e precisam retornar ao trabalho com três meses, então a gente abre uma exceção. Mas lá na oficina a gente atende criança de seis anos, mas nós não temos uma idade limite. Porquê? Da alfabetização até a quinta série. Mas como nós temos crianças de quinze, dezesseis anos que estão na quinta série. Então, você não tem como estabelecer uma idade limite para as aulas de reforço. As aulas de Inglês é para crianças e para adultos também, sendo em horários separados.... As aulas de Informática funcionam da mesma maneira. Então a gente acaba atendendo pessoas até vinte, vinte cinco anos. Todas as pessoas que procuram os cursos, se tiver vaga, essas pessoas são atendidas.

Olha, diretamente, na creche nós temos uma média de cento e vinte crianças, cento e trinta crianças. Indiretamente, atendemos 300 crianças. Por quê? Porque nós também temos pediatra, psicólogo, fonoaudiólogo. E esses serviços médicos são também para os irmãos. Então, tanto quem está sendo atendido diretamente quanto os irmãos tem acesso aos serviços médicos. (Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011)

Com mais de 30 anos de atuação na Rocinha, e fundada por uma moradora da Roupas Sujas, a União de Mulheres tem desenvolvido uma série de projetos sociais com crescente visibilidade, inclusive com a construção de uma nova sede, espaçosa e bem estruturada, voltada para atividades culturais e sociais (chamada “Roupa Feliz”, localizada perto do terreno antigamente usado por traficantes para torturar e/ou matar seus inimigos). A União de Mulheres também tem desenvolvido atividades com características de “empreendimento social”, chamado “Volunturismo”, em que voluntários estrangeiros vêm para viver na ONG, trabalhando na creche em troca para alimentação, hospedagem e experiência internacional. O programa foi recentemente selecionado em uma competição internacional para empreendedorismo.

Com uma crescente presença na Rocinha, a União também foi recentemente reconhecida por jornalistas de “Rocinha.org” para receber e atender dezenas famílias desabrigadas pelas chuvas na Macega (a mesma localidade com que a Roupas Sujas foi agrupada como “Área de Intervenção” do PAC, e cuja atenção das políticas públicas tem sido igualmente escassa).

Nessa história, se observa uma “comunidade de lugar e pertence” em formação, baseada na confluência entre território e territorialidade, juntando a influência da geopolítica, e a preocupação, necessidade e desejo de moradores e mulheres de construir um futuro em comum.

5. Considerações finais

Aplicado ao projeto de mapeamento em curso na Roupas Sujas, destaca-se a seguinte observação de Milton Santos: “Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta método. Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus métodos de organização de regulação” (2001, p.

20). Nesta passagem, o autor articula uma preocupação não apenas com a tecnologia, mas com como as formas técnicas são hoje embutidas na ciência e informação – nas técnicas informacionais.

No âmbito nacional brasileiro, este debate ajuda desacreditar o mito de subjetividade das técnicas de cartografia urbana, embutidas ativamente nos processos históricos através dos quais a favela continua sendo “inventada” (Valladares, 2005) e precariamente incorporada na comunidade imaginada nacional.

Problematizando os métodos cartográficos tradicionais como “pilares de regulação”, uma leitura de Boaventura Santos reforça a idéia da necessidade de uma mudança paradigmática na construção de conhecimento, e na aplicação de mapeamentos como instrumentos de “racionalidade cognitivo-instrumental”, da ciência e da técnica, em que formas e conteúdos de conhecimento local são frequentemente invisibilizadas (B. Santos, 1999).

O presente trabalho iniciou com o objetivo estabelecer um arcabouço teórico para o desenvolvimento de uma nova metodologia participativa para georeferenciamento através da cartografia comunitária, não pretendendo articular a metodologia em si, mas sim estabelecer o marco teórico a partir do qual o trabalho será desenvolvido e justificado.

Na desconstrução dos usos da palavra “comunidade”, com enfoque nas perspectivas de sociologia, história e direito, foram elaborados quatro formas gerais (comunidades de *lugar*, *interesse*, *pertence*, e *comunhão*), utilizadas tanto como categorias descritivas quanto como valores aspirados de comunidade. As manifestações e percepções dessas formas convivem e correspondem às épocas históricas, na aquisição de novos valores e significados, e no que alguns observam como uma crescente tendência de desejar e inventar comunidades tradicionais e tácitas, onde cada vez menos existem no mundo atual.

Foi problematizada a aplicação de “comunidade”, como sinônimo ou eufemismo para “favela” ou “bairro popular”, no contexto do Rio de Janeiro e em referência à Rocinha como um todo, devido à imprecisão ontológica do termo e a existência de várias e diversas “Rocinhas”. Além do complexo de redes sociais locais ali construídas, cujas fronteiras e as identidades dos membros continuam em um fluxo constante.

Para o marco teórico da pesquisa em curso, uma compreensão aprofundada do conceito de comunidade foi extraída de uma distinção entre *território* de *territorialidade*, destacando o “espaço utilizado e apropriado”, das noções de *pertence* e *identidade coletiva* que geram o desejo entre indivíduos de construir coletivamente um futuro comum.

Aplicada a um estudo de caso no subdistrito de “Roupa Suja”, Rocinha, observa-se o papel significativo destes conceitos na transformação das redes sociais locais em ações coletivas, com enfoque nas “identidades comunitárias” de gênero e local, com implicações visíveis e simbólicas para percepções coletivas, políticas públicas e desenvolvimento comunitário.

A metodologia participativa de cartografia comunitária, a ser desenvolvida na Roupa Suja, conduzida em parceria com os próprios líderes comunitários do local, baseia-se na abordagem do Currículo do Bonner na identificação e mapeamento de

“bens comunitários”, numa localidade principalmente caracterizada por déficits e carência. Vistos como “hubs” (*eixos*) da perspectiva da teoria de redes sociais, estes indivíduos serão identificados através da metodologia da “bola de neve” (*snowball sampling*), contribuindo para o desenvolvimento concomitante de um mapa das redes sociais locais, que constituem ambos as veias da comunidade e os portadores da sua história coletiva. Ao construir conhecimento através de cartografia comunitária, o projeto em curso busca contribuir a mudança paradigmática articulada por Santos, gerando “conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos 1987^a; 1989), ilustrando os idealizadores e as ferramentas de uma visão coletivamente construída, para um futuro comum na Roupa Suja.

6. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [1ª. edição 1983].

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECK, Ulrich. *What is globalization?* Cambridge: Polity Press, 1999.

BOTT, Elizabeth. *Family and social networks: Roles, norms and external relationships in ordinary urban families*. London: Tavistock, 1957.

BOURDIEU, Pierre. 'Forms of capital' in J. C. Richards (ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York: Greenwood Press, 1983.

BURGOS, Marcelo. *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. 2002. São Paulo: Editora Marcello Cipolla, Cultrix, 2005.

CARDOSO, Adauto Lucio, ARAÚJO, Rosane Lopes. A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). *Habituação social nas metrópoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: Coleção HABITARE/FINEP, 2007.

CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e*

cultura. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Anthony Paul. *Belonging: identity and social organization in British rural cultures*. Manchester: Manchester University Press, 1982.

COHEN, Anthony Paul. *The Symbolic Construction of Community*. London: Tavistock, 1985.

"Community Asset Mapping: A Critical Strategy for Service." Bonner Foundation: Resources. Disponível em:

<http://www.bonner.org/resources/modules/modules_pdf/BonCurCommAssetMap.pdf>

Acessado em: Maio de 2004.

CROW, Graham; ALLAN, Graham. *Community Life. An introduction to local social relations*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994.

PAC, Comitê Gestor. Desenvolvimento sustentável da Rocinha. PAC Rocinha, Grupo Temático 4: Memória, Cultura e Participação Social: Caderno de Apoio. Rio de Janeiro, 2009.

FONSECA, Denise. P. R. da. Cultura e sustentabilidade: uma conversa inicial. *O Social em Questão* No. 10. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 2003.

FRAZER, Elizabeth. *The Problem of Communitarian Politics*. Unity and conflict. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzler. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao código de obras de 1937. *Os urbanitas: Revista de Antropologia Urbana*. n. 5. fev 2007. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/osurbanitas5/rafaelsgoncalves.html>

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro – 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (editores). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOGGETT, Paul. *Contested communities*. Experiences, struggles, policies. Bristol: Policy Press, 1997.

MCLUHAN, Marshall & POWERS Bruce R. *The global village: transformations in world life and media in the 21st century*. New York: Oxford University Press, 1992.

MONTEIRO, Marcelo. *DNA das urnas*. Viva Rio: Favela Tem Memória, Rio de Janeiro, julho 2004. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=101&sid=4>

MOTA, A. E. (org.) *O mito da assistência social. Ensaio sobre o Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008. Pp. 9-18 e 133-255.

PERTILLE, Angelica Bauer. “Regularização Fundiária Sustentável: o caso da Rocinha e do Vidigal, no Rio de Janeiro.” Seminário de Avaliação das Experiências em Planos Diretores Participativos e de Regularização Fundiária. Blumenau: 16 e 17 de outubro de 2007.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

SANTOS, Boaventura. *Pela mão de alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade do início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Ocimar. União de Mulheres da Rocinha atende famílias desabrigadas. **Rocinha.org**, Rio de Janeiro, maio 2011. Disponível em: <http://www.rocinha.org/noticias/view.asp?id=1475>

SMITH, M. K. Community. *The encyclopedia of informal education*, 2001. London: YMCA George Williams College, 2011. Disponível em: <http://www.infed.org/community/community.htm>.

SITCOVSKY, Marcelo. *Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil*. In: MOTA *Ensaio sobre o Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 9-18 e 133-255.

STACEY, Margaret. The Myth of Community Studies. *The British Journal of Sociology*. Vol. 20, n. 2, jun. 1969, pp. 134-147. Blackwell Publishing, The London School of Economics and Political Science <http://www.jstor.org/stable/588525>

TELLES, Vera da Silva. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, Oct. 2006.

TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*, Leipzig: Fues's Verlag, 1887, 8th edition, Leipzig: Buske, 1935.

VALLADARES, Licia. *A Invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A Produção Anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, 2000.